



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640144 - SP (2021/0013388-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN - SP273122  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DOUGLAS WILLIAM SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS WILLIAM SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2283423-39.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, acusado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o paciente é primário, portador de bons antecedentes e que a quantidade de droga não seria significativa, circunstâncias que o autorizariam a responder solto a presente ação penal, denotando, ainda, a desproporcionalidade da sua manutenção no cárcere.

Afirma que na hipótese seria possível a substituição da medida extrema por providências cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto impugnado, ratificando a decisão de primeiro grau, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fl. 76):

*No caso, a prisão cautelar se impõe, inclusive, porque a paciente ostenta passagem policial anterior e praticado o delito durante o presente estado pandêmico, devendo tais serem sopesados na análise da personalidade da paciente, o qual demonstra, em princípio, personalidade distorcida e nocividade à sociedade.*

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o

agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência